

THE PARIS COMMUNE OF 1871 AND THE HISTORICAL EXPERIENCE OF WORKER POWER

Autores : Radamese Lima de Oliveira¹

Aline de Sousa Viana²

¹Doutor em Ciências da Educação, Doutor em Filosofia e Doutor em Engenharia Mecânica

²Doutora em Ciências da Educação

Resumo

Este artigo analisa a Comuna de Paris de 1871 como uma experiência histórica central da luta de classes e da construção do poder político do proletariado. A partir do contexto de crise da república francesa após a Guerra Franco-Prussiana, examina-se a ruptura com o Estado burguês e a substituição da máquina estatal pelo poder comunal, baseado na democracia direta e na revogabilidade dos mandatos. O estudo dialoga com as interpretações de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin, Pierre-Joseph Proudhon e Mikhail Bakunin, evidenciando convergências e divergências teóricas acerca do significado da Comuna. Destaca-se ainda a influência dessa experiência sobre o movimento operário internacional, incluindo o sindicalismo revolucionário no Brasil, especialmente na Greve Geral de 1917. Conclui-se que, apesar de sua curta duração, a Comuna de Paris constituiu um marco fundamental na história da democracia operária e da luta pela emancipação da classe operária da classe operária antagônica a classe burguesa.

Palavras-chave: Comuna de Paris. Luta de classes. Poder operário. Democracia direta.

Abstract

This article analyzes the Paris Commune of 1871 as a central historical experience of class struggle and the construction of proletarian political power. Based on the context of crisis in the French Republic after the Franco-Prussian War, it examines the rupture with the bourgeois state and the replacement of the state apparatus by communal power grounded in direct democracy and revocable mandates. The study engages with interpretations by Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin, Pierre-Joseph Proudhon, and Mikhail Bakunin, highlighting theoretical convergences and divergences regarding the meaning of the Commune. It also emphasizes the influence of this experience on the international labor movement, including revolutionary syndicalism in Brazil, particularly during the General Strike of 1917. It concludes that, despite its short duration, the Paris Commune constituted a fundamental milestone in the history of workers' democracy and the struggle for emancipation.

Keywords: Paris Commune. Class struggle. Workers' power. Direct democracy.

1 Introdução

A Comuna de Paris de 1871 ocupa lugar central na história das lutas sociais e do pensamento político revolucionário. Considerada por diversos autores como a primeira experiência concreta de governo da classe operária, a Comuna emergiu em um contexto de profunda crise política, econômica e social da França do século XIX. Sua relevância ultrapassa os limites temporais de sua existência, influenciando debates teóricos e práticas políticas do movimento operário internacional. O objetivo deste artigo é analisar a Comuna de Paris como expressão da luta de classes e como tentativa histórica de superação do Estado burguês, por meio da instauração de um poder comunal baseado na participação direta dos operários fabris e parte do campesinato. Busca-se compreender suas principais conquistas, seus limites e seu legado político, articulando análise histórica e reflexão teórica sobre a realidade atual diante dos debates em ter democracia e ditaduras, essa reflexão traz também consigo uma análise crítica da ditadura da classe dominante ou seja a burguesia que usa todo seu braço armada contra os conflitos de interesse

da classe dominante e usa seu poder aniquilador como fizeram em Paris como estão fazendo contra o povo pobre da Palestina onde o Estado genocida de Israel mata velhos, mulheres e crianças destruindo suas casas, cercados e jogando bombas em suas cabeças a mando de Benjamin Netanyahu, sionista terrorista de guerra da ultra direita fascista, assim como o governo brasileiro fez no caldeirão no Crato, Ceará e a maior de todas em memória ao povo faminto de Canudos, Bahia, Antônio Conselheiro.

2 Contexto histórico e social da Comuna de Paris

A proclamação da Comuna ocorreu em março de 1871, após a derrota da França na Guerra Franco-Prussiana e a queda do Segundo Império. A instauração da Terceira República não representou uma ruptura efetiva com as estruturas de dominação burguesa, mantendo-se distante das demandas populares. Paris, sitiada e empobrecida, concentrava um numeroso proletariado submetido a condições precárias de trabalho e vida. Nesse cenário, a mobilização da Guarda Nacional e das organizações operárias resultou na insurreição comunarda. A Comuna constituiu-se como uma resposta direta à exclusão política e social das massas operárias, expressando o antagonismo entre burguesia e proletariado.

Vale ressaltar que a Comuna de Paris representou uma experiência inédita de poder político exercido diretamente pelos proletariados. Diferentemente do Estado centralizado e burocrático que caracterizava os regimes anteriores, a Comuna buscou instituir formas de democracia direta, com representantes eleitos, revogáveis e submetidos ao controle popular. As medidas adotadas refletiam as demandas sociais acumuladas ao longo do século XIX, como a separação entre Igreja e Estado, a suspensão do pagamento de aluguéis atrasados, a abolição do exército permanente e sua substituição pela Guarda Nacional, bem como iniciativas voltadas à autogestão das fábricas abandonadas pelos patrões.

Do ponto de vista social, a Comuna expressou a diversidade do movimento operário parisiense, reunindo influências do socialismo, do republicanismo radical, do anarquismo e do jacobinismo. Proletariados estrangeiros, tanto homens quanto mulheres, tiveram papel ativo no processo revolucionário, rompendo, ainda que parcialmente, com as hierarquias tradicionais da sociedade burguesa. A

participação feminina, por exemplo, destacou-se tanto na organização política quanto na defesa armada da cidade, evidenciando a dimensão social e cultural da ruptura promovida pela Comuna. Entretanto, a experiência comunarda enfrentou severas limitações. O isolamento político de Paris, a falta de apoio das províncias francesas e a hostilidade do governo da Terceira República, sediado em Versalhes, fragilizaram o movimento. A repressão culminou na chamada “Semana Sangrenta”, em maio de 1871, quando o exército francês massacró milhares de comunardos, pondo fim à experiência revolucionária. Apesar de sua curta duração, a Comuna de Paris adquiriu profundo significado histórico e simbólico. Para o movimento operário internacional, tornou-se um marco na luta de classes, sendo interpretada por pensadores como Karl Marx como o primeiro exemplo concreto de um governo proletário. Assim, a Comuna não apenas refletiu as contradições sociais da França do século XIX, mas também deixou um legado duradouro para as lutas políticas e sociais posteriores, ao demonstrar tanto as possibilidades quanto os desafios da emancipação dos proletariados.

3 A ruptura com o Estado burguês e o poder comunal

Um dos elementos mais inovadores da Comuna de Paris foi a tentativa de substituir a máquina estatal tradicional por uma nova forma de poder político. Conforme analisado por Marx em *A Guerra Civil na França*, a Comuna demonstrou que a classe operária não poderia simplesmente se apropriar do Estado existente, mas deveria destruí-lo e criar novas instituições. Entre as principais medidas adotadas destacam-se: a abolição do exército permanente; a eleição direta e revogável de todos os cargos públicos; a redução dos salários dos funcionários públicos; a separação entre Igreja e Estado; políticas sociais voltadas à população operária, como a suspensão de aluguéis. Essas ações configuraram uma forma embrionária de democracia operária, baseada no controle popular e na participação direta.

A experiência da Comuna de Paris representou um marco histórico nas lutas da classe operária, não apenas por sua crítica radical ao Estado burguês, mas também pelas conquistas concretas que conseguiu implementar em um curto período de existência. Ao destruir os pilares fundamentais do poder estatal tradicional, a

Comuna colocou em prática uma nova forma de organização política, baseada na soberania popular e na participação direta das massas.

Entre suas principais conquistas, destaca-se a construção de um poder político efetivamente controlado pelos proletariados. A substituição do exército permanente pela Guarda Nacional, composta majoritariamente por operários armados, significou o fim de um instrumento clássico de repressão da burguesia e a afirmação do povo como responsável por sua própria defesa. Da mesma forma, a eleição direta e a revogabilidade de todos os cargos públicos romperam com o caráter hierárquico e distante do Estado burguês, garantindo que os representantes permanecessem subordinados à vontade popular.

Outra conquista fundamental foi a equiparação dos salários dos funcionários públicos aos salários médios dos proletariados. Essa medida combateu privilégios, reduziu desigualdades e reafirmou o princípio de que o exercício de funções públicas deveria servir ao interesse coletivo, e não ao enriquecimento individual. A separação entre Igreja e Estado também teve um papel central, ao retirar da religião seu papel ideológico de sustentação da dominação burguesa e assegurar a laicidade da educação e das instituições públicas.

No campo social, a Comuna avançou em políticas voltadas diretamente à melhoria das condições de vida da classe operária. A suspensão do pagamento de aluguéis e a devolução de bens penhorados aliviaram a pressão econômica sobre os proletariados urbanos, enquanto iniciativas voltadas à autogestão das fábricas abandonadas pelos patrões abriram caminho para formas coletivas de organização da produção. Essas medidas evidenciaram que a Comuna não se limitava a uma mudança política formal, mas buscava transformar as bases materiais da sociedade.

Assim, a Comuna de Paris consolidou conquistas que, embora temporárias, demonstraram na prática a possibilidade de uma democracia operária. Seu legado reside justamente em ter mostrado que os proletariados podem governar, criar instituições próprias e colocar o poder político a serviço da maioria. Mesmo derrotada militarmente, a Comuna deixou um exemplo histórico de emancipação social e política, que continuou a inspirar movimentos revolucionários ao longo do século XX e permanece relevante para as lutas contemporâneas.

4 Interpretações teóricas e divergências políticas

A Comuna de Paris foi objeto de intensos debates no interior do pensamento revolucionário. Marx e Engels a interpretaram como a primeira manifestação histórica da ditadura do proletariado. Lênin, posteriormente, utilizou essa experiência como referência para a formulação de sua teoria do Estado e para a Revolução Russa de 1917, destacando tanto seus avanços quanto seus erros estratégicos. Em contraste, autores anarquistas como Proudhon e Bakunin enfatizaram o caráter antiestatal e descentralizado da Comuna, defendendo a autogestão e o federalismo como alternativas permanentes ao Estado. Essas leituras distintas revelam a pluralidade ideológica presente na experiência comunardas. Do ponto de vista dos comunistas fazendo uma analogia breve Vale salientar a prisão de generais as tropas e o povo de paris todos juntos fuzilam os generais assim também como as novas responsabilidades que virão como a nova forma de poder social com a proclamação da comuna de Paris no qual inicia seu ordenamento jurídico de acordo com os interesses do povo na luta pela liberdade e dignidade de vida da população de acordo com a visão de república para a cidade de Paris.

Diante de tantas conquistas do comuna de paris vale salientar que em 26 março de 1871 houve eleições de representantes da gestão da comuna de paris assim como outras transformações de decretos de lei substituindo toda forma de exército na França apenas pela guarda nacional da comuna. Uma das decisões mais importantes da comuna de paris foi a convocação pública de professores pela comuna na prefeitura de paris para ter a substituição da escola religiosa particular pela escola pública gratuita e obrigatória na infância e adolescência. Assim também como libertou várias mulheres escravas sexuais nos caberes de paris. A comuna decretou proibida a escravidão sexual. Por de decretos garantindo empregos para todas as mulheres

5 Repressão, limites e legado histórico

A Comuna de Paris foi violentamente reprimida pelo governo francês durante a chamada “Semana Sangrenta”, em maio de 1871. A derrota evidenciou os limites organizativos e militares da experiência, bem como a disposição da burguesia em recorrer à violência extrema para preservar sua dominação. Apesar disso, o legado da Comuna foi duradouro. Sua influência estendeu-se ao movimento operário internacional, fortalecendo organizações socialistas e anarquistas. No Brasil, a Greve Geral de 1917 expressou essa herança, especialmente por meio do sindicalismo revolucionário de inspiração europeia.

A partir dessa experiência traumática, a Comuna de Paris consolidou-se como um marco histórico fundamental para o pensamento e a prática política das classes operárias. Para muitos militantes socialistas, a Comuna demonstrou, pela primeira vez, a possibilidade concreta de os proletariados assumirem o poder político e reorganizarem a sociedade com base em princípios de autogestão, democracia direta e igualdade social. Ao mesmo tempo, sua derrota revelou a necessidade de maior organização, unidade política e preparo estratégico frente à repressão estatal.

Intelectuais como Karl Marx e Friedrich Engels analisaram profundamente os acontecimentos de 1871, interpretando a Comuna como um exemplo embrionário da “ditadura do proletariado”, entendida não como um regime autoritário, mas como uma forma de poder político exercido diretamente pelos proletariados. Essas reflexões influenciaram partidos socialistas e comunistas ao longo do final do século XIX e início do século XX, contribuindo para a formulação de novas estratégias revolucionárias.

Já entre os anarquistas, a Comuna reforçou a defesa da ação direta, do federalismo e da rejeição ao Estado centralizado, inspirando experiências de organização horizontal e sindical. Essa vertente teve grande impacto em países como França, Itália, Espanha e Portugal, de onde vieram muitos imigrantes que trouxeram essas ideias para a América Latina. No Brasil, a Greve Geral de 1917 refletiu essa herança não apenas nas formas de mobilização, como assembleias, comitês de fábrica e solidariedade entre categorias, mas também na crítica radical às relações de exploração do capitalismo. Embora não tenha resultado em uma ruptura revolucionária, o movimento revelou a crescente consciência de classe do

operariado urbano e a influência direta das ideias forjadas a partir da experiência da Comuna de Paris. Assim, mesmo derrotada militarmente, a Comuna permaneceu viva como símbolo de resistência e emancipação, alimentando lutas sociais em diferentes contextos históricos. Seu legado reside tanto nas conquistas materiais que inspirou quanto na dimensão simbólica de provar que a ordem social vigente não é imutável, podendo ser desafiada pela ação coletiva dos proletariados.

6 Considerações finais

A Comuna de Paris de 1871 permanece como um marco fundamental da história da luta de classes. Suas conquistas democráticas e sociais demonstraram, ainda que de forma breve, a possibilidade de organização política autônoma da classe operária. Mais do que um episódio histórico isolado, a Comuna constitui uma referência teórica e prática para a compreensão das lutas por emancipação social. Ao evidenciar a capacidade dos oprimidos de construir novas formas de poder, a experiência comunarda segue relevante para os debates contemporâneos sobre democracia, Estado e transformação social. Nesse sentido, a análise desenvolvida por Karl Marx em “A Guerra Civil na França”, manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), foi decisiva para consolidar a Comuna como uma experiência histórica inédita.

Marx destacou que a Comuna não se limitou a tomar posse do aparato estatal existente, mas buscou desmontá-lo, substituindo-o por uma forma de poder baseada na eleição direta, na revogabilidade dos mandatos e na supressão dos privilégios burocráticos. Assim, a Comuna revelou, pela primeira vez de maneira concreta, que a emancipação da classe operária exigia a destruição do Estado burguês e a criação de uma nova forma de organização política, fundada na participação direta das massas. As lições da Comuna tiveram desdobramentos profundos no interior do movimento operário internacional. O Congresso da Haia de 1872, último congresso da Primeira Internacional, ocorreu sob o impacto direto da derrota sangrenta da Comuna.

Nesse encontro, tornou-se central o debate sobre a necessidade de organização política independente da classe operária e sobre a conquista do poder político como condição para a transformação social. A experiência comunarda reforçou a

compreensão de que a luta econômica, por si só, era insuficiente, exigindo uma estratégia política capaz de enfrentar o poder do Estado burguês de forma organizada e consciente. Décadas mais tarde, Vladimir Ilitch Ulianov, Lênin, ao escrever “À memória da Comuna”, retomou criticamente essa experiência, sublinhando tanto seu caráter heroico quanto suas limitações. Para Lênin, a Comuna demonstrou a criatividade revolucionária das massas e a viabilidade de um poder proletário, mas também evidenciou a necessidade de uma direção política mais centralizada e de um partido revolucionário capaz de conduzir a luta até o fim. A repressão violenta que esmagou a Comuna confirmou, em sua análise, que a burguesia não hesita em recorrer à força extrema para preservar sua dominação de classe.

Dessa forma, a Comuna de Paris consolidou-se como um ponto de inflexão na teoria e na prática do movimento socialista. Ela forneceu elementos fundamentais para a crítica marxista do Estado, influenciou os debates estratégicos da Internacional e marcou profundamente o pensamento revolucionário posterior. Sua memória permanece viva não apenas como símbolo de resistência, mas como fonte de aprendizado para as lutas contemporâneas, reafirmando que a emancipação social depende da ação consciente, organizada e autônoma da classe operária e campesina na construção de novas formas de poder. A guerra não era o ponto forte da comuna de Paris porém é preciso recorrer á época para entender o terro go governo Versalhes contra a comuna e sua guarda.

A Comuna de Paris de 1871 é um marco decisivo da luta de classes e da história do movimento socialista. Destaca suas conquistas democráticas e sociais como prova da capacidade da classe operária de se organizar de forma política autônoma e de construir novas formas de poder. A partir da análise de Karl Marx em A Guerra Civil na França, a Comuna é apresentada como a primeira experiência concreta de destruição do Estado burguês e de criação de um poder baseado na participação direta, na revogabilidade dos mandatos e no fim dos privilégios burocráticos. A Comuna teve impacto no movimento operário internacional, especialmente no Congresso da Haia de 1872, reforçando a necessidade de organização política independente da classe operária. Por fim, vale destacar uma releitura crítica de Lênin, que reconheceu tanto o caráter heroico quanto as limitações da Comuna, consolidando-a como referência teórica e prática duradoura para as lutas contemporâneas por emancipação social.

REFERÊNCIAS

BAKUNIN, Mikhail. Estatismo e anarquia. São Paulo: Imaginário, 2000.

ENGELS, Friedrich. Introdução à Guerra Civil na França. São Paulo: Boitempo, 2011.

LÊNIN, Vladimir I. O Estado e a Revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARX, Karl. A Guerra Civil na França. São Paulo: Boitempo, 2011.

PROUDHON, Pierre-Joseph. Do princípio federativo. São Paulo: Imaginário, 2001.